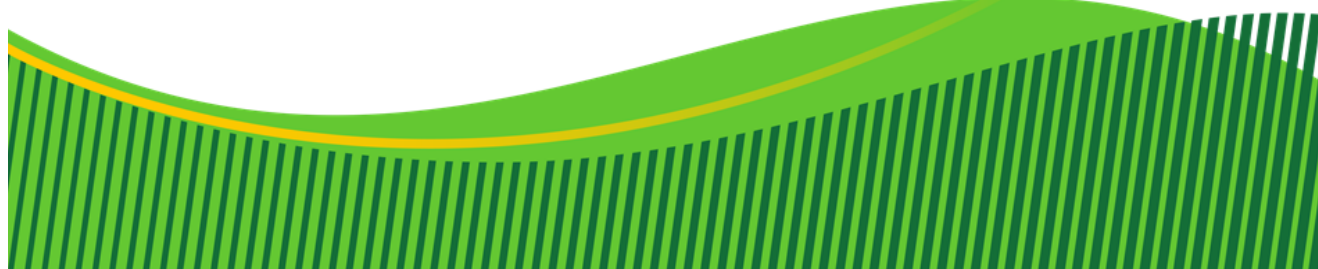


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10ª andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS
Santa Cruz do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS
CNPJ/MF nº 95.424.891/0001-10

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	529.276	467.468	CIRCULANTE	190.704	173.191
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	10.953	8.212	DEPÓSITOS (NOTA 12)	101.663	95.650
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	59.068	61.083	Depósitos à Vista	59.193	52.703
Carteira Própria	59.068	61.083	Depósitos a Prazo	42.470	42.947
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	261.022	208.921	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	62.199	55.704
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	1	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	20	17
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	1	-	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	62.179	55.687
Correspondentes no país	184	171	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.483	1.282
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	260.833	208.749	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.483	1.282
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	185.249	179.049	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	4.080	4.092
Operações de Crédito	199.533	189.032	Empréstimos País - Outras Instituições	4.080	4.092
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.284)	(9.983)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.279	16.463
OUTROS CRÉDITOS	12.818	10.092	Cobrança e Arrecadação de Tributos	117	45
Créditos por Avals e Fianças Honrados	192	97	Sociais e Estatutárias	1.520	1.564
Rendas a Receber	1.169	979	Fiscais e Previdenciárias	1.011	964
Créditos Específicos	163	149	Diversas (NOTA 15)	18.631	13.890
Diversos (NOTA 08)	11.691	9.173			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(397)	(306)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	166	111			
Outros Valores e Bens	222	223			
(Provisão para desvalorização)	(110)	(156)			
Despesas Antecipadas	54	44			
NÃO CIRCULANTE	88.104	82.172	NÃO CIRCULANTE	325.460	285.171
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	88.104	82.172	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	325.460	285.171
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.889	1.415	DEPÓSITOS (NOTA 12)	321.727	282.515
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.889	1.415	Depósitos a Prazo	321.727	282.515
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	65.255	63.057	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	3.733	2.656
Operações de Crédito	72.971	70.344	Repasse Interfinanceiros	3.733	2.656
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.716)	(7.287)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	1	-			
Diversos	1	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	10.854	10.854	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	101.216	91.278
Outros Investimentos	10.854	10.854	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	45.032	41.355
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	4.513	2.490	De Domiciliados no País	45.044	41.375
Imóveis de Uso	746	746	(Capital a Realizar)	(12)	(20)
Outras Imobilizações de Uso	9.788	7.156	RESERVAS DE SOBRAS	52.158	43.472
(Depreciação acumulada)	(6.021)	(5.412)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.592	4.356	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.026	6.451
Outros Ativos Intangíveis	9.050	7.703			
(Amortização acumulada)	(4.458)	(3.347)			
TOTAL DO ATIVO	617.380	549.640	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	617.380	549.640

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS
CNPJ/MF nº 95.424.891/0001-10

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.566	1	28.567	62.304	1	62.305	62.452	-	62.452
Operações de Crédito	25.842	1	25.843	55.756	1	55.757	57.978	-	57.978
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.724	-	2.724	6.547	-	6.547	4.470	-	4.470
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	4	-	4
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(25.287)	(218)	(25.505)	(47.263)	(397)	(47.660)	(49.093)	(301)	(49.394)
Operações de Captação no Mercado	(13.276)	(35)	(13.311)	(29.811)	(57)	(29.868)	(35.683)	(40)	(35.723)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.528)	(183)	(1.711)	(3.544)	(340)	(3.884)	(3.420)	(261)	(3.681)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.483)	-	(10.483)	(13.908)	-	(13.908)	(9.990)	-	(9.990)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.279	(217)	3.062	15.041	(396)	14.645	13.359	(301)	13.058
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.027)	2.398	(1.629)	(6.046)	4.393	(1.653)	756	4.722	5.478
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.177	5.145	8.322	6.260	9.290	15.550	5.474	7.703	13.177
Rendas de Tarifas Bancárias	2.628	-	2.628	5.327	-	5.327	4.834	-	4.834
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.577)	(1.209)	(11.786)	(21.588)	(2.071)	(23.659)	(20.424)	(1.530)	(21.954)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(6.204)	(981)	(7.185)	(12.298)	(1.808)	(14.106)	(11.266)	(1.563)	(12.829)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(248)	(259)	(26)	(447)	(473)	(38)	(369)	(407)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	13.428	188	13.616	28.669	225	28.894	35.722	1.161	36.883
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.468)	(497)	(6.965)	(12.390)	(796)	(13.186)	(13.546)	(680)	(14.226)
RESULTADO OPERACIONAL	(748)	2.181	1.433	8.995	3.997	12.992	14.115	4.421	18.536
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6)	5	(1)	15	6	21	77	1	78
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(754)	2.186	1.432	9.010	4.003	13.013	14.192	4.422	18.614
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	605	605	-	(51)	(51)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	360	360	-	(24)	(24)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	245	245	-	(27)	(27)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(754)	2.791	2.037	9.010	3.952	12.962	14.192	4.422	18.614
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.952	(3.952)	-	4.422	(4.422)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	(754)	2.791	2.037	12.962	-	12.962	18.614	-	18.614
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.936)	-	(8.936)	(12.163)	-	(12.163)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.748)	-	(3.748)	(4.461)	-	(4.461)
Fates - Estatutário	-	-	-	(403)	-	(403)	(645)	-	(645)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.624)	-	(3.624)	(5.806)	-	(5.806)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.161)	-	(1.161)	(1.251)	-	(1.251)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.026	-	4.026	6.451	-	6.451

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS
CNPJ/MF nº 95.424.891/0001-10

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	36.403	32.769	5.895	75.067
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.985	-	(1.985)	-
Destinações para reservas	-	3.646	(3.646)	-
Outras destinações	-	-	(264)	(264)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	862	-	-	862
Baixas de capital	(2.254)	-	-	(2.254)
Resultado do período	-	-	18.614	18.614
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(645)	(645)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.806	(5.806)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.359	-	(4.461)	(102)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.251	(1.251)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	41.355	43.472	6.451	91.278
Mutações do Período	4.952	10.703	556	16.211
Saldos no início do período em 01/01/2017	41.355	43.472	6.451	91.278
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.172	-	(2.172)	-
Destinações para reservas	-	3.901	(3.901)	-
Outras destinações	-	-	(378)	(378)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	787	-	-	787
Baixas de capital	(2.955)	-	-	(2.955)
Resultado do período	-	-	12.962	12.962
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(403)	(403)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.624	(3.624)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.673	-	(3.748)	(75)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.161	(1.161)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	45.032	52.158	4.026	101.216
Mutações do Período	3.677	8.686	(2.425)	9.938
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	42.145	47.373	10.925	100.443
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	385	-	-	385
Baixas de capital	(1.171)	-	-	(1.171)
Resultado do período	-	-	2.037	2.037
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(403)	(403)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.624	(3.624)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.673	-	(3.748)	(75)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.161	(1.161)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	45.032	52.158	4.026	101.216
Mutações do Período	2.887	4.785	(6.899)	773

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS
CNPJ/MF nº 95.424.891/0001-10

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.149	19.793	21.807
Resultado do semestre/exercício	2.037	12.962	18.614
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.112	6.831	3.193
Provisão para operações de crédito	5.297	4.729	2.173
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(4)	(45)	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	73	92	99
Depreciação do imobilizado de uso	324	614	570
Amortização do intangível	557	1.111	679
Baixas do ativo permanente	1	1	21
Provisão para passivos contingentes	355	604	145
Destinações ao FATES	(403)	(403)	(645)
Dividendos SicrediPar	(88)	128	151
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(28.759)	41.638	13.927
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(113)	(1.474)	(1.340)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	5.719	2.015	(44.587)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.313	(3)	7
(Aumento) Redução em créditos vinculados	21	(1)	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(30)	(11)	136
(Aumento) em operações de crédito	(44.817)	(13.128)	(18.486)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	19.005	7.572	6.870
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.181)	(2.948)	(1.237)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	119	(9)	(87)
Aumento (Redução) em depósitos	(13.423)	45.225	71.085
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(415)	201	78
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(252)	(12)	(935)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(392)	(932)	(841)
Aumento em outras obrigações	3.687	5.143	3.264
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(20.610)	61.431	35.734
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.562)	(2.638)	(404)
Aplicações no Intangível	(768)	(1.347)	(1.215)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.330)	(3.985)	(1.619)
Integralização de capital	385	787	862
Baixa de capital	(1.171)	(2.955)	(2.254)
Juros ao capital próprio	(75)	(75)	(102)
Distribuição de Sobras	-	(378)	(264)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(861)	(2.621)	(1.758)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(24.801)	54.825	32.357
Caixa e equivalente de caixa no início do período	296.587	216.961	184.604
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	271.786	271.786	216.961

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/09/1919 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(49.249)	(145)	(49.394)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.845)	(145)	(9.990)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	5.333	145	5.478
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(12.800)	(29)	(12.829)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	36.738	145	36.883
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(14.255)	29	(14.226)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	10.953	8.212
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	260.833	208.749
Total	271.786	216.961

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.889	1.415
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.889	1.415
Total realizável a longo prazo	2.889	1.415

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	59.068	61.083
Total circulante	59.068	61.083

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	113.268	41.483	154.751	159.304
Financiamentos	27.188	25.490	52.678	35.281
Financiamentos rurais e agroindustriais	59.077	5.998	65.075	64.791
Carteira total	199.533	72.971	272.504	259.376

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	192	-	192	97
Títulos e créditos a receber (i)	7.856	1	7.857	5.999
Total	8.048	1	8.049	6.096

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	86.872	100.487	434	502
Nível B	1,00	100.525	92.092	1.005	921
Nível C	3,00	53.111	35.644	1.593	1.069
Nível D	10,00	16.214	16.453	1.621	1.645
Nível E	30,00	3.509	8.271	1.053	2.481
Nível F	50,00	7.013	2.634	3.507	1.317
Nível G	70,00	1.117	1.423	782	996
Nível H	100,00	12.192	8.468	12.192	8.468
Total (i)		280.553	265.472	22.187	17.399

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 210 (2016 - R\$ 177).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.889	19.106	35.396	23.540	80.931	80.100
Rural	1.853	1.336	55.888	5.998	65.075	64.791
Industrial	315	7.035	10.734	5.886	23.970	22.253
Comércio	779	18.642	20.315	19.269	59.005	45.697
Outros Serviços	2.371	9.916	21.006	18.279	51.572	52.631
Total	8.207	56.035	143.339	72.972	280.553	265.472

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	39.034	13,91	33.386	12,58
50 devedores seguintes	57.405	20,46	55.333	20,84
100 devedores seguintes	37.828	13,48	36.536	13,76
Demais	146.286	52,14	140.217	52,82
Total	280.553	100	265.472	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	17.576	15.304
Constituição de provisão	13.908	9.990
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.087)	(7.718)
Saldo final	22.397	17.576

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.133 (2016 - R\$ 1.833), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.185 (2016 - R\$ 2.275).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	109	92
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.282	2.101
Devedores por depósitos em garantia	747	113
Impostos e contribuições a compensar	434	438
Títulos e créditos a receber	7.856	5.999
Valores honrados	95	5
Operações com cartões	63	55
Pendências a regularizar	45	38
Outros	60	332
Total Circulante	11.691	9.173

Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	222	223
Veículos e afins	112	67
Bens em regime especial	110	156
Despesas antecipadas	54	44
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(110)	(156)
Total Circulante	166	111

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 110 (2016 - R\$ 156) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.071	6.071
Sicredi Participações S.A.	4.782	4.782
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.854	10.854

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.551.444 ON	1.551.444 ON	1	1	6.070.603	6.070.603
	3.230.466 PN	3.230.466 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,55%	0,55%	0,61%	0,63%	1,73%	1,73%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	4.782	4.782	1	1	6.071	6.071

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.534	(6.021)	4.513	2.490
Imobilizações em curso	-	1.162	-	1.162	-
Terrenos	-	128	-	128	128
Edificações	4%	618	(324)	294	318
Instalações	10%	1.751	(1.370)	381	265
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.486	(1.353)	1.133	662
Sistema de comunicação	10%	141	(90)	51	36
Sistema de processamento de dados	20%	3.614	(2.496)	1.118	814
Sistema de segurança	10%	386	(278)	108	112
Sistema de transporte	20%	248	(110)	138	155
Intangível (i)		9.050	(4.458)	4.592	4.356
Investimentos Confederação		9.050	(4.458)	4.592	4.356
Total		19.584	(10.479)	9.105	6.846

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017			2016	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	59.193	-	-	59.193	52.703
Depósitos a prazo	26.675	15.795	321.727	364.197	325.462
Total	85.868	15.795	321.727	423.390	378.165

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	62.179	55.687
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	62.179	55.687
Total circulante	62.179	55.687

Recursos do Crédito Rural	3.733	2.656
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.733	2.656
Total exigível a longo prazo	3.733	2.656

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/05/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	4.080	4.092
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	4.080	4.092
Total circulante	4.080	4.092

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	810	233
Obrigações por convênios oficiais	14	4
Provisão para pagamentos a efetuar	3.914	3.924
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	961	357
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.586	1.866
Pendências a regularizar	2	4
Operações com cartões	7.579	5.639
Demais fornecedores	822	488
Credores diversos	1.943	1.375
Total circulante	18.631	13.890

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	318	565	-	883
Cível	39	46	(7)	78
Total	357	611	(7)	961

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	883	318
Cível	Provável	78	39
Total		961	357

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 225; R\$ 1.483 e R\$ 214 (2016 - R\$ 205, R\$ 1.530 e R\$ 5), respectivamente.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 38810450, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência de ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS), atingindo o valor de R\$ 208, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	45.032	41.355
Total de associados	56.983	57.270

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.677 (2016 – R\$ 4.952), sendo R\$ 5.845 (2016 – R\$ 6.344) via integralização de resultados e R\$ 787 (2016 – R\$ 862), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.955 (2016 – R\$ 2.254).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.748, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.013	18.614
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.465)	(7.818)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	12	(4)
Provisão PPR	2	13
Receita com atos cooperativos	3.784	5.961
Juros sobre capital próprio	1.574	1.874
Outros	41	(26)
Subtotal	5.414	7.818
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(51)	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.889	1.415
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	59.068	61.083
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	260.833	208.749
Outros Créditos - Rendas a receber	916	689
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.031	2.157
Investimentos (Nota 10)	10.854	10.854
Intangível (Nota 11)	4.592	4.356
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	65.912	58.343
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.080	4.092
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	7.638	5.502
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.547	4.470
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.745	4.996
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	25.502	31.150
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.884	3.681
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	606	605
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	7.858	6.735

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	76	0,13%	90
Depósitos a prazo	528	0,14%	555
Operações de crédito	2.989	1,10%	1.616

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	1.476	1.432

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	496	537
Despesa de aluguéis	1.441	1.257
Despesa de comunicação	805	824
Despesa de manutenção e conservação	1.152	1.092
Despesa de material	240	195
Despesa processamento dados	300	291
Despesa de promoções e relações públicas	983	1.023
Despesa de propaganda e publicidade	326	244
Despesa de seguro	106	83
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.968	1.903
Despesa de serviços de terceiros	409	400
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.168	1.065
Despesa de serviços de técnicos especializados	982	572
Despesa de serviços de transportes	1.115	982
Despesa de viagem	55	27
Outras despesas administrativas	2.560	2.334
Total	14.106	12.829

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	701	970
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	24.975	30.118
Reversão de provisões operacionais	1.956	3.697
Outras rendas operacionais	1.262	2.098
Total	28.894	36.883

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	785	1.147
Contribuição O.C.E.	107	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	211	206
Contribuição Confederação Sicredi	5.282	4.189
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	642	633
Encargos da administração financeira	142	172
Repasse administradora de Cartões	563	621
Depreciação e amortização	1.111	686
Outras provisões operacionais	3.195	3.843
Outras despesas operacionais	1.148	2.636
Total	13.186	14.226

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	78.976	72.695
Coobrigações em cessões de crédito	3	3
Total	78.979	72.698

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	98.087	89.332
Nível I (NI)	98.087	89.332
Capital principal - CP	98.087	89.332
Capital social	45.032	41.355
Reservas de capital	52.158	43.472
Lucros acumulados	4.026	6.451
Ajustes Prudenciais	(3.129)	(1.946)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	434.494	386.999
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	135	175
Margem de Capital (i)	52.330	50.940
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,58%	23,08%
Situação de Imobilização (Imob)	5.978	4.901
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,09%	5,49%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcio José Algayer
Diretor Executivo
CPF: 813.764.800-34

Daniele Mann
Diretora de Operações
CPF: 000.307.405-12

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20